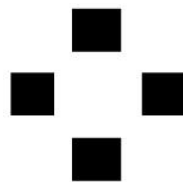




sinqia

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária de 24/04/2019 às 11:00h

sinqia



Sobre a Sinqia

A Sinqia é a provedora da experiência mais desejada em tecnologia financeira no Brasil. A Companhia oferta quatro plataformas de softwares (Sinqia Bancos, Sinqia Fundos, Sinqia Previdência e Sinqia Consórcios) e duas de serviços (Sinqia Outsourcing e Sinqia Consulting). Desde 2005 executa uma estratégia de consolidação que resultou na liderança do setor após 12 aquisições.

Relações com
Investidores

Thiago Rocha - Diretor
José Leoni - Gerente
Olavo Aires - Analista
+55 (11) 3478-4845
ri@sinqia.com.br
ri.sinqia.com.br



São Paulo, 25 de março de 2019. A Sinqia S.A. (B3: SQIA3) (“Companhia”), a provedora da experiência mais desejada em tecnologia financeira no Brasil, em atendimento ao disposto na Instrução CVM 481/09 (“ICVM 481”), disponibiliza a seus acionistas os documentos e as informações para a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada na sede da Companhia, conforme abaixo indicado:

Data: **24/04/2019, quarta-feira**
Horário: **11:00h**
Local: **R. Bela Cintra, 755, 7º andar, São Paulo/SP**

Ordem do dia:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2018, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes;

Divulgadas em 27/02/2019, pelo Sistema Empresas.NET, nas categorias “Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP” e “Dados Econômico-Financeiros”, compostas por: (i) Relatório da Administração, (ii) Declaração dos Diretores, (iii) Relatório dos Auditores Independentes e (iv) Notas Explicativas. Vide Anexo I desta proposta da Administração.

2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2018, que compreenderá a distribuição de dividendos e a proposta de orçamento de capital para o exercício social que se encerrará em 31/12/2019;

A administração propõe o pagamento de R\$ 648 mil a título de dividendos (R\$ 0,056265896 por ação) e a retenção de R\$ 1.942 mil para fazer face ao orçamento de capital. Vide Anexo II desta proposta da Administração.

3. Fixar o número de membros que irá compor o Conselho de Administração;

Conforme o Art. 11 do Estatuto Social, o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 7 membros, sendo que ao menos 2 membros, ou 20%, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado. A Administração recomenda a eleição de 6 membros para compor o Conselho de Administração.

4. Eleger os membros do Conselho de Administração; e

A Administração apresentou proposta de reeleição de 6 membros, quais sejam: Srs. Alberto Gaidys Junior, Antonio Luciano de Camargo Filho, Bernardo Francisco Pereira Gomes, Claudio Almeida Prado, Rodrigo Heilberg e Roberto Dagnoni. Informamos que será de 7% o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento da adoção do processo de voto múltiplo, em atendimento ao Artigo 4º da ICVM 481 e de acordo com a Instrução CVM 165/91. Os acionistas deverão observar o prazo legal de 48 horas de antecedência da realização da assembleia, nos termos do Art. 141, § 1º, da Lei 6.404/76. Vide Anexo III desta proposta da Administração.

5. Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social que se encerrará em 31/12/2019.

A Administração apresentou proposta de fixação da remuneração global anual dos administradores no montante de até R\$ 5.484.269,01, sendo R\$ 409.664,40 para o Conselho de Administração e R\$ 5.074.604,61 para a Diretoria. De acordo com o Art. 10 do Estatuto Social, como esta proposta fixa a remuneração global, caberá ao Conselho de Administração efetuar sua distribuição individual, sendo que os Conselheiros que sejam também Diretores deverão abster-se da deliberação. A proposta apresentada contempla a remuneração pelos serviços a serem prestados no exercício social de 2019, compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, independente do momento do efetivo desembolso pela Companhia. Vide Anexo IV desta proposta da Administração.



ANEXO I – Comentários dos Administradores

Conforme o Item 10 do Formulário de Referência (Art. 9º, inciso III, da ICVM 481)

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (Consolidado)

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia mantiveram-se confortáveis em 2018. As principais movimentações que impactaram as condições financeiras e patrimoniais foram: (i) a aquisição da ConsultBrasil em outubro de 2018 pelo preço de R\$ 6.800 mil, incluindo assunção de dívidas; (ii) a alienação de ações em tesouraria que totalizaram um reforço de caixa de R\$ 7.832 mil; e (iii) o pagamento de juros sobre o capital próprio, em maio de 2018, que totalizaram o valor bruto de R\$ 2.085 mil.

A posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 26.037 mil representou 15,6% do ativo total em 31/12/2018, redução de R\$ 3.964 mil sobre 2017 principalmente relacionado ao crescimento do saldo de contas a receber.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (Consolidado)

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia mantiveram-se confortáveis em 2017. As principais movimentações que impactaram as condições financeiras e patrimoniais foram: (i) redução de R\$ 4.687 mil em obrigações por aquisição de investimento em relação a 2016 devido ao início do pagamento, em novembro de 2017, da Parcela a Prazo da att/PS Informática S.A. (“attps”), no valor ajustado de R\$ 3.274 mil; (ii) aumento em Empréstimos e financiamentos de R\$ 2.642 mil em relação a 2016 em decorrência da liberação de recursos obtidos perante o BNDES, no valor de R\$ 7.029 mil em dezembro de 2017, apesar das amortizações de financiamentos anteriores; e (iii) o pagamento de juros sobre o capital próprio, em maio de 2017, que totalizaram R\$ 1.058 mil.

A posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 30.001 mil representou 19,0% do ativo total em 31/12/2017, aumento de R\$ 3.596 mil sobre 2016.

b. Estrutura de capital

A Administração considera que a execução da estratégia de crescimento por aquisições depende da utilização de fontes de financiamento compatíveis com altos volumes de capital, prazos de amortização longos e perfis de risco adequados. Por essa razão, a Companhia tem utilizado o capital próprio como principal fonte de financiamento de suas operações, utilizando sua geração operacional de caixa e a emissão de novas ações. O patrimônio líquido totalizou R\$ 85.350 mil em 2018, R\$ 75.607 mil em 2017 e R\$ 70.249 mil em 2016.

Com o objetivo de alavancar a capacidade de crescimento, a Companhia tem recorrido também ao capital de terceiros em situações específicas: (i) empréstimos e financiamentos, cujos saldos totalizaram R\$ 14.609 mil em 2018, R\$ 21.856 mil em 2017 e R\$ 19.214 mil em 2016, utilizados principalmente para os investimentos em pesquisa e desenvolvimento; e (ii) obrigações por aquisição de investimento, financiamentos dos sócios vendedores das empresas adquiridas (“*seller financing*”), cujos saldos totalizaram R\$ 18.323 mil em 2018, R\$ 18.083 mil em 2017 e R\$ 22.770 mil em 2016, utilizados para financiar de forma complementar a realização de aquisições.



Como resultado, o endividamento bruto alcançou R\$ 32.932 mil em 2018, R\$ 39.939 mil em 2017 e R\$ 41.984 mil em 2016, e a relação entre o endividamento bruto e o patrimônio líquido foi de 38,6% em 2018, 52,8% em 2017 e 59,8% em 2016, refletindo o padrão de financiamento das operações, baseado fundamentalmente no capital próprio, além de dívidas de longo prazo, notadamente da linha de colaboração financeira obtida perante o BNDES.

(em R\$ mil)	2018	2017	2016	2018 vs. 2017	2017 vs. 2016
Empréstimos e financiamentos	14.609	21.856	19.214	-33,2%	13,8%
(+) Obrigações por aquisição de investimento	18.323	18.083	22.770	1,3%	-20,6%
(=) Endividamento bruto	32.932	39.939	41.984	-17,5%	-4,9%
Patrimônio Líquido	85.350	75.607	70.249	12,9%	7,6%
Endividamento bruto/Patrimônio Líquido	38,6%	52,8%	59,8%	-14,2 p.p.	-7,0 p.p.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração considera que a Companhia apresenta índices de endividamento e liquidez confortáveis, a despeito de ser devedora líquida no último exercício social representando 0,4x o EBITDA ajustado de 2018, demonstrando sua capacidade financeira de pagamento dos compromissos financeiros assumidos. O saldo de dívida líquida foi de R\$ 6.895 mil em 2018, R\$ 9.938 mil em 2017 e R\$ 15.579 mil em 2016.

(em R\$ mil)	2018	2017	2016	2018 vs. 2017	2017 vs. 2016
Caixa e equivalentes de caixa	26.037	30.001	26.405	-13,2%	13,6%
(-) Endividamento bruto	32.932	39.939	41.984	-17,5%	-4,9%
Saldo de caixa líquido	(6.895)	(9.938)	(15.579)	-30,6%	-36,2%

O índice de liquidez corrente foi de 1,5 em 2018, 1,5 em 2017 e 1,2 em 2016, refletindo elevada capacidade de pagamento dos compromissos de curto prazo.

(em R\$ mil)	2018	2017	2016	2018 vs. 2017	2017 vs. 2016
Ativo circulante (AC)	51.722	52.075	44.996	-0,7%	15,7%
Passivo circulante (PC)	33.635	34.172	36.803	-1,6%	-7,1%
Liquidez Corrente (AC/PC)	1,5	1,5	1,2		

A Administração lembra que o endividamento bruto da Companhia é composto por fontes de financiamento de prazo longo e custo baixo, com amortizações em linha com sua geração de caixa, conforme demonstrado nas notas explicativas às demonstrações financeiras, favorecendo a capacidade de pagamento no médio e longo prazo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Após a destinação dos recursos captados na oferta pública inicial de ações, realizada em março de 2013, passamos a financiar o capital de giro e os investimentos em ativos não-circulantes (exceto o intangível, proveniente das aquisições de empresas), com a geração operacional de caixa.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Caso a Companhia venha a enfrentar eventuais deficiências de liquidez, a Administração pretende utilizar os limites já aprovados para as linhas de empréstimos e financiamentos de capital de giro e/ou alienar ações adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações ordinárias, uma vez que o saldo de ações em tesouraria registrado nas demonstrações financeiras da Companhia foi de R\$ 2.220 mil em 2018, R\$



4.772 mil em 2017 e R\$ 4.941 mil em 2016. Tais ações possuíam valor de mercado de R\$ 6.698 mil em 31/12/2018.

Caso os limites disponíveis sejam insuficientes em uma eventual deficiência de liquidez, podemos recorrer à abertura de novas linhas de empréstimos e financiamentos em instituições financeiras e/ou utilizar o mercado de capitais para a emissão de debêntures e/ou novas ações.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, bem como o saldo em 31 de dezembro de cada ano, estão demonstrados na tabela a seguir:

(em R\$ mil)	Encargos	Vencimento	2018	2017	2016
BNDES - n° 11201401016 (a)	TJLP + 1% a.a.	15/08/2018	-	238	1.663
BNDES - n° 14209211 (b)	TJLP + 1,1% a.a.	15/12/2020	7.338	11.082	14.870
BNDES - n° 17203411018 (c)	TJLP + 2,0% a.a.	15/03/2024	7.029	7.029	-
Empréstimo PROGEREN	TJLP + 4,5% a.a.	15/04/2019	-	3.424	-
Itaú Capital de Giro			47	-	2.629
Cartão BNDES			-	83	180
Mútuo			194	-	-
Ajuste a valor presente			-	-	(128)
Total			14.609	21.856	19.214
Passivo circulante			3.958	6.529	7.384
Passivo não circulante			10.651	15.327	11.830

(a) Em 17/04/2012 e em 24/09/2012, a Companhia recebeu a primeira e a segunda liberação da quarta colaboração financeira obtida perante o BNDES nos valores de R\$ 2.850 mil e R\$ 1.425 mil, respectivamente. O contrato firmado entre as partes prevê um total de R\$ 5.700 mil de empréstimos, cuja parte remanescente somente será liberada a partir da comprovação periódica de destinação dos recursos. Os contratos com o BNDES possuem carência de até 24 meses e prazo de amortização de 48 meses, além de preverem fiança dos intervenientes controladores relacionados nos mesmos. Este contrato possui como garantia o aval dos intervenientes controladores da Companhia.

(b) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22/10/2014, foi aprovada a obtenção de colaboração financeira perante o BNDES, no valor de R\$ 14.822 mil, com carência de 24 meses, prazo de amortização de 48 meses, além do custo da fiança bancária contratada como garantia da operação. Os recursos serão destinados a investimentos em pesquisa e desenvolvimento, marketing e comercialização, treinamento e qualidade e infraestrutura. A operação será formalizada por meio de Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, conforme aprovado pela Dec. n° Dir. 921/2014 – BNDES, de 07/10/2014. Até 31/12/2016 foram disponibilizados à Companhia R\$ 14.870 mil¹. Este contrato possui como garantia carta fiança emitida no mesmo valor por instituição financeira atendendo aos critérios e exigências do BNDES.

(c) Em 2017, a Companhia recebeu a primeira parcela de R\$ 7.029 mil, do total de R\$ 23.431 mil, da colaboração financeira obtida perante o BNDES. O Contrato possui carência de 30 meses e prazo de amortização de 48 meses, além disso, possui como garantia carta fiança emitida no mesmo valor por instituição financeira atendendo aos critérios e exigências do BNDES.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Algumas de nossas dívidas são garantidas por alienação fiduciária, bem como fiança de nossos acionistas pessoa física.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos,

¹ A diferença entre o valor firmado em contrato (R\$ 14.822 mil) e o total das liberações (R\$ 14.870 mil), R\$ 48 mil, decorre da variação da cotação da Moeda BNDES – moeda interna do banco, na qual é convertida o valor do financiamento – na data de cada uma das liberações, de tal forma que o saldo a ser liberado é atualizado automaticamente a partir da cotação do dia.



à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

A Companhia tem contratos de empréstimos com cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas nos 3 últimos exercícios sociais e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações.

O contrato de financiamento BNDES nº 17203411018, sexta colaboração financeira obtida perante o BNDES, possui cláusulas restritivas relacionadas à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, em cada exercício: (i) durante o período de carência de pagamento de principal e/ou juros, os pagamentos aos acionistas ficarão limitados a 25% do lucro líquido apurado no Exercício Financeiro Anterior, com base nos demonstrativos anuais auditados; e (ii) durante o período de amortização, os pagamentos aos acionistas ficarão limitados aos seguintes percentuais do lucro líquido apurado no Exercício Financeiro Anterior, com base nos demonstrativos anuais auditados: (a) 25%, se a relação Dívida Líquida/EBITDA da Companhia for maior ou igual a 3,5 ou (b) 50% (cinquenta por cento), se a relação Dívida Líquida/EBITDA da Companhia for inferior a 3,5.

O contrato de financiamento BNDES nº 14209211, quinta colaboração financeira obtida perante o BNDES, não possui cláusulas restritivas relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa, dentre outros.

O contrato de financiamento BNDES nº 11201401016, quarta colaboração financeira obtida perante o BNDES, possui cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas, conforme abaixo:

A Companhia deverá manter, durante o prazo de vigência do contrato, os seguintes índices financeiros, apurados a partir de 31 de dezembro de 2011, a cada semestre civil, em balanços consolidados, com revisão limitada no primeiro semestre, e exame completo no encerramento do exercício, auditados por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, os quais deverão emitir, para o BNDES, relatório de apuração dos índices financeiros simultaneamente à publicação dos relatórios de auditoria:

- a) Índice de Endividamento $([AT - PL] / AT)$: igual ou inferior a 0,71;
- b) ICSD $(EBITDA / \text{Juros} + \text{Amortização})$: igual ou superior a 0,9; e
- c) Dívida Financeira Total / EBITDA: igual ou inferior a 3,5.

Para efeito de apuração dos índices constantes do contrato, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios:

- a) PL= Patrimônio Líquido, inclusive “Participações Minoritárias”;
- b) EBITDA = Resultado antes dos juros pagos e/ou recebidos, imposto de renda, depreciação e amortização;
- c) AT= Ativo Total;
- d) Dívida Financeira Total é aquela correspondente ao somatório do saldo de Empréstimos e Financiamentos, de Debêntures, de Notas Promissórias (*Commercial Papers*) e de títulos emitidos no mercado internacional (*Bonds, Eurobonds*), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo;
- e) Todos os parâmetros relativos a resultado e fluxo de caixa (EBITDA e pagamento de Juros e Amortização) referem-se aos valores dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração.



Na hipótese de descumprimento de qualquer índice financeiro constante do contrato, a Companhia deverá constituir, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da comunicação, por escrito, do BNDES garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento) do valor do financiamento ou da dívida dele decorrente ou de fiança bancária a ser prestada por instituição financeira que, a critério do BNDES, esteja em situação econômico-financeira que lhe confira grau de notória solvência pelo valor total da dívida.

Na hipótese de descumprimento de todos os índices financeiros constantes do contrato, a Companhia obriga-se a constituir fiança bancária a ser prestada por instituição financeira que, a critério do BNDES, esteja em situação econômico-financeira que lhe confira grau de notória solvência pelo valor total da dívida, sob pena de vencimento antecipado do presente contrato.

Além disso, conforme item 2.5.1.d do Contrato de Compra e Venda da attps, caso a Sinqia deixe de manter cada um dos índices financeiros abaixo durante o prazo de pagamento da aquisição, tal situação acarretará o vencimento antecipado das parcelas remanescentes devidas aos vendedores, apurados com base em balanços consolidados anuais:

- (i) Dívida Financeira Líquida / EBITDA < 5
- (ii) Ativo Circulante / Passivo Circulante > 0,5
- (iii) EBITDA / (Juros + Amortização) > 0,3

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em relação a sexta colaboração financeira obtida perante o BNDES (nº 17203411018), no valor total de R\$ 23.431 mil, aprovado pelo Conselho de Administração em julho de 2017, já foram utilizados 30,0% do seu limite. A primeira parcela do financiamento, de R\$ 7.029 mil, foi liberada em dezembro de 2017.

Em relação a quinta colaboração financeira obtida perante o BNDES (nº 14209211), no valor total de R\$ 14.822 mil, aprovado pelo Conselho de Administração em outubro de 2014, já foram utilizados 100,0% do seu limite. A primeira parcela do financiamento, de R\$ 4.000 mil, foi liberada em fevereiro de 2015, a segunda, de R\$ 7.000 mil, foi liberada em agosto de 2015, e as últimas, somando 3.870 mil, foram liberadas em julho de 2016.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A tabela abaixo possui a análise vertical e horizontal das contas consideradas relevantes pela administração nos balanços patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de:

(em R\$ mil)	2018	Análise vertical (%)	2017	Análise vertical (%)	2016	Análise vertical (%)	2018 vs. 2017	2017 vs. 2016
ATIVO	167.430	100,0%	157.501	100,0%	155.324	100,0%	6,3%	1,4%
Circulante	51.722	30,9%	52.075	33,1%	44.996	29,0%	-0,7%	15,7%
Caixa e equivalentes de caixa	26.037	15,6%	30.001	19,0%	26.405	17,0%	-13,2%	13,6%
Contas a receber	22.254	13,3%	18.827	12,0%	14.508	9,3%	18,2%	29,8%
Não circulante	115.708	69,1%	105.426	66,9%	110.328	71,0%	9,8%	-4,4%
Imp. renda/Contr. social diferidos	16.297	9,7%	10.268	6,5%	11.303	7,3%	58,7%	-9,2%
Imobilizado	6.836	4,1%	2.597	1,6%	1.587	1,0%	163,2%	63,6%
Intangível	92.119	55,0%	90.251	57,3%	95.561	61,5%	2,1%	-5,6%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	167.430	100,0%	157.501	100,0%	155.324	100,0%	6,3%	1,4%
Circulante	33.635	20,1%	34.172	21,7%	36.803	23,7%	-1,6%	-7,1%
Empréstimos e financiamentos	3.958	2,4%	6.529	4,1%	7.384	4,8%	-39,4%	-11,6%
Adiantamentos de clientes	4.338	2,6%	2.239	1,4%	3.898	2,5%	93,7%	-42,6%
Sal., enc. soc. e prov. trab.	13.707	8,2%	16.294	10,3%	16.755	10,8%	-15,9%	-2,8%
Obr. aquisição de investimento	6.026	3,6%	4.841	3,1%	5.989	3,9%	24,5%	-19,2%



Não circulante	48.379	28,9%	47.722	30,3%	48.272	31,1%	1,4%	-1,1%
Empréstimos e financiamentos	10.651	6,4%	15.327	9,7%	11.830	7,6%	-30,5%	29,6%
Provisões para contingências	21.845	13,0%	18.819	11,9%	19.661	12,7%	16,1%	-4,3%
Obr. aquisição de investimento	12.297	7,3%	13.242	8,4%	16.781	10,8%	-7,1%	-21,1%
Patrimônio líquido	85.350	51,0%	75.607	48,0%	70.249	45,2%	12,9%	7,6%
Capital social	50.561	30,2%	50.561	32,1%	50.561	32,6%	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(2.220)	-1,3%	(4.772)	-3,0%	(4.941)	-3,2%	-53,5%	-3,4%
Reserva de lucro	31.432	18,8%	29.354	18,6%	23.975	15,4%	7,1%	22,4%

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Consolidado)

Ativo Circulante: totalizou R\$ 51.722 mil, redução de 0,7% em relação a 2017, com crescimento de 18,2% no saldo de Contas a receber para R\$ 22.254 mil, dado o aumento dos serviços prestados aos clientes que não haviam sido faturados, compensado pela redução de 13,2% no saldo de Caixa e equivalente de caixa para R\$ 26.037 mil, principalmente relacionada ao pagamento da ConsultBrasil em outubro de 2018 e a mudança de sede, apesar da venda de ações em tesouraria. O Ativo Circulante representou 30,9% do Ativo Total (33,1% em 2017).

Ativo Não Circulante: totalizou R\$ 115.708 mil, aumento de 9,8% em relação a 2017, principalmente, devido ao aumento no saldo de Imposto de Renda e Contribuição social diferidos de 58,7%, aumento no saldo de imobilizado de R\$ 4.239 mil com a mudança de sede e crescimento nas linhas de intangível de 2,1% após aquisição da ConsultBrasil. O Ativo Não Circulante representou 69,1% do Ativo Total (66,9% em 2017).

Passivo Circulante: foi de R\$ 33.635 mil, redução de 1,6% em relação a 2017, decorrente principalmente do aumento em Adiantamento de Clientes de R\$ 2.099 mil e redução de R\$ 2.587 mil em Salários, encargos sociais e benefícios e de R\$ 2.571 mil em Empréstimos e financiamentos de curto prazo, explicado abaixo.

Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazos): somou R\$ 14.609 mil, redução de 33,2% sobre 2017, decorrente da amortização de parcelas de colaborações financeiras obtidas perante o BNDES.

Obrigações por aquisição de investimento (curto e longo prazos): somou R\$ 18.323 mil, aumento de 1,3% em relação a 2017, com efeito combinado de aumento com a parcela a prazo da aquisição da ConsultBrasil e redução com a amortização de aquisições anteriores.

Passivo Não Circulante: totalizou R\$ 48.379 mil, aumento de 1,4% em relação a 2017. O Passivo Não Circulante representou 28,9% do Passivo Total (30,3% em 2017), em virtude de maiores saldos em obrigações tributárias e provisões para contingências, apesar de menores saldos em obrigações por aquisição de investimento e empréstimos e financiamentos de longo prazo, explicados acima.

Patrimônio Líquido: totalizou R\$ 85.350 mil, aumento de 12,9% sobre 2017, reflexo do aumento de R\$ 5.113 mil na reserva de capital, alienação de metade das ações mantidas em tesouraria, que contribuiu para o aumento dessa linha em R\$ 2.552 mil, e do aumento de R\$ 2.078 mil na Reserva de Lucro, para R\$ 31.432 mil. O Patrimônio Líquido no ano representou 51,0% do Passivo Total (48,0% em 2017).

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Consolidado)

Ativo Circulante: totalizou R\$ 52.075 mil, aumento de 15,7% em relação a 2016, decorrente, principalmente, do aumento de 13,6% no saldo de Caixa e equivalente de caixa para R\$ 30.001 mil, por conta do crescimento da geração de caixa, e de 29,8% no saldo de Contas a receber para R\$ 18.827 mil, dado o aumento dos serviços prestados aos clientes que não haviam sido faturados. O Ativo Circulante representou 33,1% do Ativo Total (29,0% em 2016).



Ativo Não Circulante: totalizou R\$ 105.426 mil, redução de 4,4% em relação a 2016, principalmente, devido à redução de R\$ 5.310 mil no Intangível, dada a amortização do ágio na aquisição da attps (*Goodwill*). O Ativo Não Circulante representou 66,9% do Ativo Total (71,0% em 2016), sendo 57,3% na linha Intangível (61,5% em 2016).

Passivo Circulante: foi de R\$ 34.172 mil, redução de 7,1% em relação a 2016, decorrente, principalmente, da redução de R\$ 1.148 mil em Obrigação por aquisição de investimento e de R\$ 855 mil em Empréstimos e financiamentos, explicado abaixo.

Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazos): somou R\$ 21.856 mil, aumento de 13,8% sobre 2016, decorrente da liberação de parcela de uma nova colaboração financeira perante o BNDES de R\$ 7.029 mil, apesar da amortização dos financiamentos anteriores.

Obrigações por aquisição de investimento (curto e longo prazos): somou R\$ 18.083 mil, redução de 20,6% em relação a 2016, principalmente relacionada ao início do pagamento, em novembro de 2017, da Parcela a Prazo da attps, no valor ajustado de R\$ 3.274 mil.

Passivo Não Circulante: totalizou R\$ 47.722 mil, redução de 1,1% em relação a 2016. O Passivo Não Circulante representou 30,3% do Passivo Total (31,1% em 2016), em virtude da combinação de menores obrigações por aquisição de investimento e maiores empréstimos e financiamentos, explicados acima.

Patrimônio Líquido: totalizou R\$ 75.607 mil, aumento de 7,6% sobre 2016, reflexo, principalmente, do aumento de R\$ 5.379 mil na Reserva de Lucro, para R\$ 29.354 mil. O Patrimônio Líquido no ano representou 48,0% do Passivo Total (45,2% em 2016).

10.2 – Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

(em R\$ mil)	2018	Análise vertical (%)	2017	Análise vertical (%)	2016	Análise vertical (%)	2018 vs. 2017	2017 vs. 2016
Receita líquida	142.109	100,0%	134.909	100,0%	84.558	100,0%	5,3%	59,5%
Software	90.218	63,5%	91.308	67,7%	50.467	59,7%	-1,2%	80,9%
Serviços	51.891	36,5%	43.601	32,3%	34.091	40,3%	19,0%	27,9%

A partir de 2018, visando simplificar o entendimento dos resultados, passamos a adotar uma nova estrutura de *reporting* consolidando os negócios das antigas unidades de Projetos e Outsourcing na nova unidade de Serviços e decomparamos as receitas provenientes da attps, adquirida em novembro de 2016, entre as novas unidades de Software e Serviços. Atualmente as receitas da Companhia estão segregadas em duas unidades de negócio, conforme abaixo:

Software: receitas baseadas em contratos de longo prazo, reconhecidas de acordo com o período de utilização, e provenientes de taxas mensais pagas por serviços como (i) licenciamento, o direito de utilização do sistema; (ii) suporte, o direito de os usuários do cliente recorrerem à equipe de atendimento da Companhia durante a utilização do sistema; e (iii) manutenção, o direito de receber versões atualizadas do sistema desenvolvidas para incorporar novas regulamentações, funcionalidades ou tecnologias. As linhas de Software dividem-se em:

Subscrição: refere-se às receitas recorrentes recebidas mensalmente.



Implantação e customização: refere-se às receitas variáveis recebidas conforme a execução dos serviços relacionados aos sistemas proprietários.

Serviços: Compreende os negócios *Outsourcing*, receitas recorrentes recebidas mensalmente pela terceirização de processos críticos e *Projetos*, receitas variáveis de consultoria e tecnologia detalhados abaixo:

Outsourcing: receitas baseadas em contratos de curto ou longo prazo, provenientes de taxas mensais reconhecidas de acordo com o número de profissionais alocados no cliente, o número de horas utilizadas pelo cliente ou um valor fixo mensal acordado previamente, provenientes de: (i) alocação de especialistas em negócio ou em tecnologia da informação utilizados no desenvolvimento, suporte ou manutenção de sistemas; (ii) gerenciamento de equipes, nas instalações do cliente ou da própria Companhia, para as mesmas finalidades.

Projetos: compreende as receitas oriundas dos serviços não relacionados aos sistemas proprietários, e que tampouco se enquadrem como Outsourcing, com receitas baseadas em contratos por projeto ou pela disponibilização de capacidade, reconhecidas de acordo com o percentual de conclusão, compreendendo: (i) gerenciamento de projetos de tecnologia da informação desenvolvidos pelo cliente; (ii) desenvolvimento de projetos de tecnologia da informação para atender a necessidades específicas do cliente; (iii) prestação de serviços de fábrica de desenvolvimento, teste e homologação de sistemas; e (iv) sustentação de sistemas por meio do gerenciamento de *backlog*, suporte e manutenção; (v) constituição de novas instituições financeiras ou estruturação de novos negócios em instituições existentes; (vi) desenvolvimento e implementação de planos estratégicos e operacionais envolvendo aspectos mercadológicos, organizacionais e processos; (vii) desenvolvimento de modelos de tecnologia e seleção de fornecedores de sistemas; (viii) elaboração do aparato de controladoria e *reporting* para instituições financeiras; e (ix) projetos voltados à inovação executados pela controlada Torq.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (Consolidado)

A receita líquida foi recorde de R\$ 142.109 mil no ano, com explicada principalmente pelo crescimento expressivo em Serviços (+19,0% vs. 2017), apesar da leve redução em Software (-1,2% vs. 2017), mesmo com a contribuição das receitas da ConsultBrasil de R\$ 1.032 mil, adquirida em outubro.

Também (i) ampliamos os investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação para atualização de softwares provenientes das aquisições, somando R\$ 3.185 mil em 2018 (+ R\$ 2.518 mil vs. 2017), e (ii) ajustamos nosso modelo comercial e passamos a subsidiar o *setup* de novas vendas de software substituindo receitas *one-time* de implantação por receitas recorrentes de subscrição, o que trouxe um impacto de R\$ 1.173 mil no ano, equivalente aos gastos com implantações ainda não associados às novas receitas.

Por fim, no primeiro trimestre, as despesas também foram impactadas pelo complemento no *earn-out* da attps no montante de R\$ 4.609 mil dos quais R\$ 1.362 foi contabilizado como despesa financeira e R\$ 3.247 mil como outras despesas, tendo em vista o atingimento de metas de receitas e as mecânicas de cálculo estabelecidas no contrato de compra e venda.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (Consolidado)



Com a consolidação dos resultados da attps, foram adicionados R\$ 48.619 mil à receita líquida do ano de 2017, representando 38,7% do total, contribuindo de forma relevante para o atingimento da receita líquida total de R\$ 134.909 mil.

Dada a integração da attps ao longo de 2017, a Companhia apresentou gastos de R\$ 2.832 mil relacionado aos custos e despesas extraordinárias com rescisões.

Além disso, a unidade de Projetos receita líquida de R\$ 10.640 mil (+34,2% vs. 2016), aumento de R\$ 2.712 mil, com crescimento sustentado por grandes projetos junto a bancos e instituições de pagamento e pela oferta de suporte em infraestrutura de tecnologia.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Apesar de as receitas das unidades de Software e Outsourcing serem majoritariamente indexadas a índices de inflação e reajustadas de acordo com o aniversário de cada contrato, não é possível calcular a variação da receita atribuível a inflação porque (i) as atividades da Companhia incluem a prestação de serviços heterogêneos precificados individualmente em cada negociação comercial e (ii) o mix de produtos e serviços ofertados da Companhia pode se alterar de um ano para o outro.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

A Companhia pode ter seu resultado operacional impactado pela taxa de inflação, uma vez que a maior parte de seus custos e despesas (pessoal, encargos e benefícios) são reajustados anualmente com base no dissídio coletivo das categorias de profissionais contratados, e as negociações sindicais costumam tomar por base indicadores de inflação do ano anterior, conforme a tabela abaixo. As despesas com aluguéis, condomínios, energia e comunicação também são reajustadas anualmente por indicadores de inflação.

(em %)	2018	2017	2016
Inflação IPCA no ano	3,8%	3,0%	6,3%
Dissídio aplicável ao ano seguinte (Sindpd/SP)	N/D*	2,1%	7,1%

*Em negociação até a presente data.

Por outro lado, esse impacto é minimizado na medida em que as receitas recorrentes das unidades de Software e Outsourcing são geralmente atreladas a contratos reajustados anualmente por indicadores de inflação, de forma automática, permitindo o repasse do dissídio aos preços, como tem ocorrido historicamente. Contudo, em momentos de inflação elevada esse repasse tem sido realizado à custa de longas negociações com alguns dos principais clientes.

Além disso, a Companhia pode ter seu resultado financeiro afetado pela taxa de juros, decorrente do seu impacto no rendimento de aplicações financeiras e nos juros pagos sobre os empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos. Atualmente, como a Companhia apresenta dívida líquida, o aumento nas taxas de juros tende a impactar negativamente o resultado financeiro líquido.

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Consolidado)



Os gastos com “Pessoal, encargos sociais e benefícios”, contabilizados como custos, somaram R\$ 80.270 mil e como despesas somaram R\$ 17.873 mil, totalizando R\$ 98.143 mil, aumento de 3,1% sobre 2017, representando 69,1% da receita líquida, redução de 1,9 pontos percentuais sobre 2017.

Adicionalmente, as despesas com “Aluguéis, seguros, condomínios e outros” somaram R\$ 4.328 mil, e com “Energia, comunicação e outros” somaram R\$ 1.273 mil, totalizando R\$ 5.601 mil, redução de 1,4% sobre 2017, representando 3,9% da receita líquida, queda de 0,3 pontos percentuais sobre 2017.

O saldo de caixa e equivalentes a caixa gerou ao longo do exercício social R\$ 1.973 mil em receitas financeiras, 5,6% acima de 2017. O saldo de empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimento gerou R\$ 5.006 mil em despesas financeiras, 41,2% acima de 2017, notadamente pelos juros da parcela adicional da aquisição da attps.

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Consolidado)

Os gastos com “Pessoal, encargos sociais e benefícios”, contabilizados como custos, somaram R\$ 78.303 mil e como despesas somaram R\$ 16.873 mil, totalizando R\$ 95.176 mil, aumento de 64,5% sobre 2016, representando 70,5% da receita líquida, aumento de 2,1 pontos percentuais sobre 2016.

Adicionalmente, as despesas com “Aluguéis, seguros, condomínios e outros” somaram R\$ 3.899 mil, e com “Energia, comunicação e outros” somaram R\$ 1.779 mil, totalizando R\$ 5.678 mil, aumento de 52,0% sobre 2016, representando 4,2% da receita líquida, queda de 0,2 pontos percentuais sobre 2016.

O saldo de caixa e equivalentes a caixa gerou ao longo do exercício social R\$ 1.868 mil em receitas financeiras, 73,0% abaixo de 2016, devido à redução das taxas de juros e do caixa bruto após a aquisição da attps ao final de 2016. O saldo de empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimento gerou R\$ 3.545 mil em despesas financeiras, 22,5% acima de 2016, notadamente pelos juros relacionados à parcela a prazo da aquisição da attps aos financiamentos obtidos perante o BNDES.

10.3 – Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional nos últimos 3 exercícios sociais, e a Administração não espera alienar qualquer segmento operacional e não espera que qualquer introdução de segmento operacional possa apresentar efeitos relevantes sobre nossas demonstrações financeiras.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em novembro de 2016, a aquisição da att/PS Informática S.A. (“attps”), contribuiu para a ampliação de todas os negócios da Companhia, notadamente em softwares para bancos e entidades de previdência, além de ter marcado seu ingresso no segmento de soluções para operadoras de saúde. A attps adicionou receita líquida de R\$ 3.647 mil, lucro bruto de R\$ 591 mil e 114 clientes em dezembro de 2016.

Em outubro de 2018, a aquisição da ConsultBrasil Tecnologia e Negócios EIRELI e da CBR Sistemas de Informação Ltda. (em conjunto, “ConsultBrasil”), contribuiu para ampliar a abrangência da plataforma Sinqia Bancos, que passou a contar com soluções de SPB, CCS e Bacen Jud. A ConsultBrasil adicionou receita líquida de R\$ 1.032 mil, lucro bruto de R\$ 156 mil e 6 novos clientes em 2018.

c. Eventos ou operações não usuais



Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos últimos 3 exercícios sociais.

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), quais sejam:

IFRS 9/CPC 48 – “Instrumentos Financeiros”: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros (substitui a IAS 39/CPC38), sem impacto na classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, principalmente considerando que a Companhia não possui operações de *hedge* e que não há a necessidade de redução ao valor recuperável dos valores contidos em contas a receber.

IFRS 15/CPC 47 – “Receita de Contratos com Clientes”: traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida (substitui a IAS 11/CPC17). Como os valores não são significativos a Companhia concluiu que não será necessário ajuste no processo e conseqüentemente não foi constatado a possibilidade de ajuste nas próximas divulgações. Dessa forma, a Companhia concluiu que os contratos de serviços de implementação e customização são distintos dos outros serviços oferecidos e a receita reconhecida ao longo do tempo. O método de mensuração utilizado é o método de saída, que não impactou o patrimônio líquido em 01/01/2018.

IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”: os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. O IFRS 16 entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 01/01/2019 (substitui o IAS 17/e correspondentes interpretações). O grupo estima que o lucro líquido após os impostos irá diminuir, aproximadamente, em R\$ 770 mil em 2019, como resultado da adoção das novas regras. Espera-se que o EBITDA ajustado utilizado para mensurar os resultados de segmentos aumente em aproximadamente R\$ 1.753 mil, já que os pagamentos dos arrendamentos operacionais foram incluídos no EBITDA, mas a amortização dos ativos de direito de uso e os juros sobre o passivo de arrendamento são excluídos dessa medida. O grupo pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.



b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis nos 3 últimos exercícios sociais.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor nos 3 últimos exercícios sociais.

10.5 – Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) *Perda (impairment) do ágio*: Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 26.11 de 31/12/2018. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

b) *Imposto de renda, contribuição social e outros impostos*: A Companhia e suas controladas reconhecem ativos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado. O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

c) *Reconhecimento de receita*: A Companhia aufer, principalmente, receitas de licenciamento de software, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente. As receitas relativas à licença de acesso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados e o cliente obtém uma fração funcional do projeto, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém ainda não faturado, são registrados como serviços em andamento na rubrica “contas a receber” no ativo circulante. As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo



Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de informática, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à alíquota de 2,00% até o mês de novembro do exercício de 2015 e 4,5% a partir do mês de dezembro do mesmo exercício.

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos deteriorado e as perdas por Impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de Impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por Impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por Impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o Impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por Impairment diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o Impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2018, além do exercício de cinco anos variaram de 1% a 5% para um exercício de doze meses. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 12,3% a.a., para cada unidade geradora de caixa analisada pré-imposto de renda e contribuição social.

As principais premissas usadas nas estimativas do valor em uso são como segue: (i) Receitas – as receitas foram projetadas entre 2019 e 2023 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes



Unidades Geradoras de Caixa; (ii) Custos e despesas operacionais – os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas e ganho de eficiência; e (iii) Investimentos de capital – os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia e do crescimento projetado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não detém ativos ou passivos, direta ou indiretamente, além daqueles constantes no balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**
- b. Natureza e o propósito da operação**
- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8. Plano de negócios

a. Investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Tendo em vista o objetivo de ampliar nossa liderança no mercado de tecnologia para o setor financeiro no Brasil, a Administração pretende executar a seguinte estratégia:

Consolidar o mercado. Dada a alta pulverização do mercado de fornecedores de softwares e serviços para o setor financeiro, buscamos acelerar o crescimento inorgânico por meio de fusões e aquisições de



empresas (i) atuantes nas nossas verticais atuais (Sinqia Bancos, Sinqia Fundos, Sinqia Previdência e Sinqia Consórcios) para ampliar nosso *market share*, carteira de clientes ou a abrangência de nossas suítes de software; (ii) com atuação em outras verticais do setor financeiro (ex: fintechs, pagamentos, seguradoras), visando construir um portfólio completo que permita maior *cross-sell* na base de clientes.

Acelerar o crescimento orgânico. Pretendemos (i) ampliar substancialmente os investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (“PD&I”), visando entregar a melhor experiência aos clientes tanto em termos funcionais quanto tecnológicos, e (ii) subsidiar o *setup* de novas vendas de software (trocando receita variável de implantação por receita recorrente de subscrição), iniciativas que nos permitirão reduzir o custo de troca, facilitando novas vendas.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para investir nas estratégias mencionadas acima, poderemos utilizar diversas fontes de financiamento incluindo (i) a geração própria de recursos em decorrência do desenvolvimento das atividades operacionais; (ii) a obtenção de recursos de terceiros, incluindo empréstimos e financiamentos perante o BNDES e/ou emissão de debêntures; e (iii) a obtenção de recursos próprios por meio da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas ou de ofertas públicas de ações; e (iv) alienação das ações em tesouraria de emissão da Companhia. No caso da estratégia de crescimento por aquisições, poderemos recorrer também a financiamento dos sócios vendedores das empresas adquiridas (“*seller financing*”).

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos pela Administração.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de ativos relevantes que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2018, não destinamos recursos relevantes para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços. Contudo, ampliamos significativamente os investimentos no desenvolvimento dos produtos já existentes que totalizaram R\$ 3.185 mil, representando 2,2% da receita líquida, contabilizados quase em sua totalidade na linha “Pessoal, encargos e benefícios”. Vale destacar que a Companhia não tem como prática capitalizar tais gastos, contabilizando integralmente como custo da unidade de Software.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não identificamos outros fatores com influência relevante além dos citados nos itens anteriores.



ANEXO II – Destinação do lucro líquido do exercício
Conforme o Anexo 9-1-II da ICVM 481

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido consolidado do exercício encerrado em 31/12/2018 foi de R\$ 2.726 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A administração propõe a deliberação de pagamento de dividendos referentes ao exercício social de 2018, resultando no pagamento do valor bruto de R\$ 648 mil a partir de 21/05/2019, sem atualização monetária, conforme abaixo:

Provento	Última data "com" direito	Valor bruto total (R\$ mil)	Valor bruto por ação (R\$)	Data de pagamento
Dividendos (ref. 2018)	29/04/2019	648	0,056265896	21/05/2019
Total distribuído		648	0,056265896	

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

	R\$ mil
Lucro líquido de 2018	2.726
Constituição da reserva legal (5,0%)	136
a. Lucro líquido após destinação para a reserva legal	2.590
b. Dividendos propostos sobre o lucro de 2018	648
Percentual a ser distribuído (b/a)	25,0%

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não foram declarados dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Propõe-se o pagamento de dividendos referentes ao exercício social de 2018 no valor bruto de R\$ 648 mil, correspondentes a R\$ 0,056265896 por ação ordinária.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos propostos serão pagos em moeda corrente nacional a partir de 21/05/2019.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos serão pagos sem qualquer atualização monetária.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Terão direito ao recebimento dos dividendos os Acionistas em 29/04/2019, sendo as ações negociadas ex-dividendos a partir de 30/04/2019.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Itens não aplicáveis, uma vez que não houve declaração de proventos com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores para o exercício de 2018.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

A Companhia possui somente ações ordinárias (ON).

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido básico do período (numerador) pela média ponderada de ações no período, excluindo as ações em tesouraria (denominador), conforme abaixo:

Valores	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido (R\$ mil)	2.726	7.464	8.282
Número de ações, ex-tesouraria	11.440.226	11.187.803	11.199.761
Lucro por ação (R\$)	0,238	0,667	0,739

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Para fins de cálculo do valor por ação, consideramos o número total de ações no período, excluindo as ações em tesouraria, na última data “com” direito em cada distribuição, conforme abaixo:

Valores (R\$)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Dividendos	0,056265896	-	-
Juros sobre capital próprio	-	0,186060883	0,206782701
Total distribuído no exercício	0,056265896	0,186060883	0,206782701

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**a. Identificar o montante destinado a reserva legal**

O valor de R\$ 136 mil será destinado a reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do período.

Lucro líquido do exercício (R\$ mil)	2.726
Percentual destinado à Reserva Legal	5,0%
Reserva Legal (R\$ mil)	136

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal



Conforme Art. 193 da Lei 6.404/76, a reserva legal é constituída por meio da destinação de 5% do lucro líquido e não excederá 20% do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o §1º do mesmo artigo exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Itens não aplicáveis, pois a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Conforme Art. 24 do Estatuto Social, após deduções e provisões legais (reserva legal e/ou reserva para contingências), além de eventual participação dos empregados e administradores nos resultados, no mínimo 25% do saldo do lucro líquido remanescente, em cada exercício, será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

A Administração propõe que os dividendos sejam pagos integralmente a partir de 21 de maio de 2019.

- c. Informar o montante eventualmente retido**

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

- a. Informar o montante da retenção**
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**
- c. Justificar a retenção dos dividendos**

Itens não aplicáveis, pois não houve retenção devido à situação financeira da Companhia.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado a reserva**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável**
- d. Justificar a constituição da reserva**

Itens não aplicáveis, pois não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

- a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Itens não aplicáveis, pois não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado a reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

Itens não aplicáveis, pois não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção

A administração está propondo a retenção da parcela dos lucros não distribuídos referentes do exercício de 2018 (R\$ 1.942 mil para reserva de lucros), para fazer face ao orçamento de capital para expansão do negócio, conforme abaixo:

Destinação	Valores (R\$ mil)	Percentual
Lucro líquido do exercício	2.726	100,0%
(-) Constituição de reserva legal	136	5,0%
(-) Proventos do exercício	648	23,8%
Montante da retenção	1.942	71,2%

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Nos termos do Art. 24, § único, do Estatuto Social, o Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 25/04/2019 às 12:00h, a retenção de lucros de R\$ 1.942 mil, com base no seguinte orçamento de capital para o exercício de 2019:

Destinação dos recursos	Valor (R\$ mil)	Percentual
Expansão do negócio	1.942	100,0%
Total da destinação	1.942	100,0%

Origem dos recursos	Valor (R\$ mil)	Percentual
Lucros acumulados	1.942	100,0%
Total da origem	1.942	100,0%

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado a reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

Os itens acima não são aplicáveis, pois não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.



ANEXO III – Candidatos indicados pela Administração

Conforme os Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10, Inciso I, da ICVM 481)

12.5/6 - Composição e experiência profissional**Proposta de Composição do Conselho de Administração**

Nome	Alberto Gaidys Junior	Antonio Luciano de Camargo Filho	Bernardo Francisco Pereira Gomes	Claudio Almeida Prado	Roberto Dagnoni	Rodrigo Heilberg
Data de nascimento	16/03/1960	01/04/1964	07/12/1963	28/02/1964	08/07/1977	17/11/1984
Profissão	Engenheiro	Administrador	Engenheiro	Engenheiro	Contador	Engenheiro
CPF	028.856.928-80	060.171.578-09	103.914.268-00	125.808.358-22	920.122.489-34	327.287.638-36
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho	Presidente do Conselho	Membro do Conselho	Membro do Conselho	Membro do Conselho	Membro do Conselho
Data da eleição	24/04/2019	24/04/2019	24/04/2019	24/04/2019	24/04/2019	24/04/2019
Data da posse	24/04/2019	24/04/2019	24/04/2019	24/04/2019	24/04/2019	24/04/2019
Prazo do mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Não aplicável	Diretor de Operações	Diretor Presidente	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Eleito pelo controlador	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Membro independente	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Número de mandatos consecutivos	14	14	-	3	0	2
Total de reuniões realizadas	27	27	27	27	5	27
% de participação nas reuniões realizadas	96,3%	100,0%	100,0%	92,6%	100,0%	96,3%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Alberto Gaidys Junior. Graduado em Engenharia de Produção e Direito pela USP – Universidade de São Paulo, com cursos de pós-graduação em Administração pela FGV – Fundação Getúlio Vargas e Economia e Matemática pela USP – Universidade de São Paulo. Trabalhou na Duratex e na área de mercados emergentes do Chase Manhattan Bank, foi responsável pelas tesourarias do Deutsche Bank e BankBoston no Brasil e pela área de Produtos e Serviços para a América Latina do UBS Pactual Wealth Management. O Sr. Gaidys é sócio-fundador da Wright Capital Gestão de Recursos. O Sr. Gaidys ocupa a posição de Membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2005. Durante os últimos 5 anos, tal administrador não sofreu qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. A Companhia esclarece que esse administrador não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Instrução CVM 301/99. Para o critério de independência, adotamos a definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado.

Antonio Luciano de Camargo Filho. Graduado em Administração de Empresas pela PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e em Marketing pela ESPM – Escola Superior de Propaganda & Marketing. O Sr. Camargo Filho foi Analista de Sistemas no Grupo Bunge e Gerente de Projetos na



Ergodata até 1996. Participou dos projetos de downsizing do Lloyds Bank em 1993 e da estruturação do sistema da mesa de operações do ABN Amro em 1997. O Sr. Camargo Filho foi sócio-fundador da Companhia em 1996 e ocupa as posições de Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Operações. Durante os últimos 5 anos, tal administrador não sofreu qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. A Companhia esclarece que esse administrador não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Instrução CVM 301/99.

Bernardo Francisco Pereira Gomes. Graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da USP – Universidade de São Paulo e em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. O Sr. Gomes trabalhou como Gerente de Projetos no Lloyds Bank até 1996, consolidando sua experiência nos setores de TI e financeiro. Conduziu o primeiro projeto de downsizing nesse banco em 1993 e participou da estruturação do sistema da mesa de operações do J.P. Morgan em 1996, e também foi consultor da CETIP em 1997 e 1999. O Sr. Gomes foi sócio-fundador da Companhia em 1996 e ocupa a posição de Diretor Presidente. Durante os últimos 5 anos, tal administrador não sofreu qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. A Companhia esclarece que esse administrador não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Instrução CVM 301/99.

Claudio Almeida Prado. Graduado e mestre em Engenharia da Computação pela Escola Politécnica da USP – Universidade de São Paulo, com certificação executiva em Gestão e Liderança pelo MIT – Massachusetts Institute of Technology, atua na área de Tecnologia da Informação há cerca de 25 anos. O Sr. Prado iniciou sua carreira no Laboratório de Sistemas Integráveis da USP, foi Diretor Presidente da Pulso Tecnologia (empresa adquirida pela Senior Solution em 2005, que desenvolveu a primeira solução de internet banking do país), ocupou diversas posições executivas no Banco ABN Amro Real, foi Diretor Executivo da Produban e da Isban (empresas de tecnologia do Grupo Santander), CIO do Grupo Santander e do Deutsche Bank no Brasil. Foi Membro do Conselho de Administração da Fonet, do Comitê de Tecnologia da Febraban, Diretor de TI e Operações do Grupo Abril e CEO da Total Express. Atualmente é Membro do Conselho de Administração da Valid e Diretor Executivo de Suporte a Operações do Fleury. Durante os últimos 5 anos, tal administrador não sofreu qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. A Companhia esclarece que esse administrador não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Instrução CVM 301/99. Para o critério de independência, adotamos a definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado.

Roberto Dagnoni. Brasileiro, casado, 40 anos. Formado em Ciências Contábeis pela FAE – Faculdade de Administração e Economia e com cursos de extensão no IMD, Insead e IBGC. É especialista em inovação corporativa e fintechs, investidor em venture capital, Conselheiro de Administração da empresa BR Insurance, membro suplente do Conselho curador da Fundação CERTI, Diretor da Vertical Fintech da ACATE (Associação Catarinense de Tecnologia). Já ocupou os cargos de Diretor Vice-Presidente Executivo da B3 (Brasil Bolsa Balcão S/A) e da CETIP S/A Mercados Organizados. Também foi investidor e conselheiro da empresa Sascar Tecnologia e Rastreamento. Durante os últimos 5 anos, tal administrador não sofreu qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. A Companhia esclarece que esse administrador não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Instrução CVM 301/99. Para o critério de independência, adotamos a definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado.



Rodrigo Heilberg. Bacharel em Engenharia de Materiais pela Escola Politécnica da USP – Universidade de São Paulo, com Pós-Graduação CBA – Certificate in Business Administration pelo Ibmec – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Foi Diretor Financeiro e membro do Conselho de Administração da Scalina S.A. e membro do Comitê de Auditoria da Ideal Invest S.A. O Sr. Heilberg é sócio-fundador e CIO da HIX Capital. Durante os últimos 5 anos, tal administrador não sofreu qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. A Companhia esclarece que esse administrador não é considerado pessoa politicamente exposta, conforme definido na Instrução CVM 301/99. Para o critério de independência, adotamos a definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado.

12.7/8 – Membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Comitê de Remuneração e Gestão	Alberto Gaidys Junior	Bernardo Francisco Pereira Gomes	Rodrigo Heilberg
Data de nascimento	16/03/1960	07/12/1963	17/11/1984
Profissão	Engenheiro	Engenheiro	Engenheiro
CPF	028.856.928-80	103.914.268-00	327.287.638-36
Cargo eletivo ocupado	Membro	Membro	Membro
Data da eleição	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Data da posse	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Prazo do mandato	Indeterminado	Indeterminado	Indeterminado
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Membro do Conselho	Diretor Presidente	Membro do Conselho
Eleito pelo controlador	Não	Não	Não
Membro independente	Sim	Não	Sim
Número de mandatos consecutivos	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Percentual de participação nas reuniões	100%	100%	100%

Alberto Gaidys Junior. Vide Conselho de Administração no item 12.5/6 acima.

Bernardo Francisco Pereira Gomes. Vide Conselho de Administração no item 12.5/6 acima.

Rodrigo Heilberg. Vide Conselho de Administração no item 12.5/6 acima.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre:

- a. administradores da Companhia
- b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia
- c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia
- d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Justificativa para o não preenchimento do quadro: Não existem relações conjugais, de união estável ou de parentesco até o 2º grau entre (a) nossos administradores; (b) (i) nossos administradores e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) (i) nossos administradores ou de nossas controladas, diretas ou indiretas e (ii) nossos controladores diretos ou indiretos; (d) (i) nossos administradores e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas, da Companhia.

**12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:****a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**

	Administrador da Companhia	Pessoa Relacionada	Tipo de relação	Tipo de pessoa relacionada
Identificação	Antonio Luciano de Camargo Filho	Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	Controle	Controlada Direta
CPF/CNPJ	060.171.578-09	03.017.804/0001-91		
Cargo/Função	Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Operações	Sócio e Diretor de Operações		
Observação	Detém 3 quotas			
Identificação	Antonio Luciano de Camargo Filho	Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	Controle	Controlada Direta
CPF/CNPJ	060.171.578-09	04.859.768/0001-76		
Cargo/Função	Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Operações	Sócio e Diretor de Operações		
Observação	Detém 1 quota			
Identificação	Antonio Luciano de Camargo Filho	Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	Controle	Controlada Direta
CPF/CNPJ	060.171.578-09	01.442.872/0001-72		
Cargo/Função	Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Operações	Sócio e Diretor de Operações		
Observação	Detém 1 quota			
Identificação	Antonio Luciano de Camargo Filho	Senior Solution Tecnologia e Informática Ltda.	Controle	Controlada Indireta
CPF/CNPJ	060.171.578-09	53.501.771/0001-29		
Cargo/Função	Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Operações	Sócio e Diretor de Operações		
Observação	Detinha 1 quota (incorporada pela Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. em 31/12/2018)			
Identificação	Antonio Luciano de Camargo Filho	Pleno - Tecnologia & Sistemas Ltda.	Controle	Controlada Indireta
CPF/CNPJ	060.171.578-09	06.166.249/0001-58		
Cargo/Função	Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Operações	Sócio e Diretor de Operações		
Observação	Detinha 1 quota (incorporada pela Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. em 15/02/2016)			
Identificação	Antonio Luciano de Camargo Filho	att/PS Informática Ltda.	Controle	Controlada Direta
CPF/CNPJ	060.171.578-09	33.485.335/0001-04		
Cargo/Função	Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Operações	Sócio e Diretor de Operações		
Observação	Detinha 1 quota (cedida para a Senior Solution S.A. em 23/10/2018, sendo que a sociedade foi incorporada pela Senior Solution S.A. em 28/12/2018)			
Identificação	Antonio Luciano de Camargo Filho	ConsultBrasil Tecnologia e Negócios Ltda.	Controle	Controlada Direta
CPF/CNPJ	20.281.929/0001-43	33.485.335/0001-04		
Cargo/Função	Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Operações	Sócio e Diretor de Operações		
Observação	Detém 1 quota			

b. controlador direto ou indireto da Companhia**c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladora, ou controladas de algumas dessas pessoas**

Não houve relações de subordinação nos 3 últimos exercícios sociais para esses grupos.



ANEXO IV – Remuneração dos Administradores

Conforme o Item 13 do Formulário de Referência (Art. 12, inciso II, da ICVM 481)

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O objetivo da política de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria é atrair, reter e incentivar profissionais com competências relevantes para execução da estratégia corporativa: comprovado conhecimento e experiência no setor de tecnologia da informação, no setor financeiro e/ou em áreas funcionais da administração.

A política de remuneração da Companhia prevê (i) compensação homogênea entre os membros do Conselho de Administração, por ser um órgão de deliberação colegiada e (ii) compensação heterogênea entre os membros da Diretoria, por ser um órgão de função executiva com contribuições singulares de seus integrantes. Informamos que essa política de remuneração não foi formalmente aprovada.

A Companhia não tem Conselho Fiscal ou Comitê de Auditoria instalados, e não remunera os membros dos outros órgãos da administração com funcionamento não permanente, como os demais comitês.

b. Composição da remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Remuneração fixa: os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal na forma de pró-labore com o objetivo de compensá-los pela sua participação nas reuniões do Conselho de Administração e outras atividades desenvolvidas no âmbito de suas atribuições.

Diretoria

Remuneração fixa: os membros da Diretoria recebem remuneração fixa mensal na forma de pró-labore com o objetivo de compensá-los pelo desempenho de suas funções, além de um pacote de benefícios. O valor da remuneração fixa é definido de acordo com o enquadramento de cada diretor no Plano de Cargos, que compreende também os demais colaboradores. O enquadramento em uma determinada posição se dá em função do nível de senioridade do profissional e a complexidade da função, observadas as práticas de remuneração de mercado e a capacidade financeira da Companhia. De acordo com o enquadramento, o Diretor recebe um determinado número de pontos para alocar entre os itens do pacote de benefícios ("Beneflex"), cuja combinação de um ou mais itens é definido por cada diretor, podendo escolher entre assistência médica, assistência odontológica, auxílio alimentação, auxílio refeição, auxílio combustível, previdência privada e seguro de vida.

Remuneração variável: os Membros da Diretoria recebem remuneração variável com o objetivo de facilitar o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas no curto prazo. A remuneração variável é recebida na forma de um bônus anual correspondente a até 5 pró-labores ou salários mensais.



Remuneração baseada em ações: os Membros da Diretoria são elegíveis para participar do Primeiro Plano de Remuneração em Ações (“1º Plano de Ações”) com o objetivo de facilitar o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas no longo prazo. Adicionalmente, a Administração submeteu à aprovação dos acionistas, em assembleia geral realizada em 27/04/2018, o Segundo Plano de Remuneração em Ações (“2º Plano de Ações”), aprovado por unanimidade, e o Segundo Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações (“2º Plano de Opções”), aprovado por maioria.

Comitê de Auditoria Estatutário

Remuneração fixa. O Coordenador Técnico do Comitê de Auditoria Estatutário, quando em funcionamento, recebe remuneração fixa mensal com o objetivo de compensá-lo pela sua participação nas reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário e outras atividades desenvolvidas no âmbito de suas atribuições.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração	31/12/2019 (Proposta)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração fixa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Remuneração variável	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Remuneração baseada em ações	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Diretoria Estatutária	31/12/2019 (Proposta)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração fixa	73,6%	72,6%	64,9%	84,7%
Remuneração variável	26,4%	27,4%	25,1%	12,4%
Remuneração baseada em ações	0,0%	0,0%	10,0%	2,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração. O valor e o reajuste da remuneração são propostos pela Administração e deliberados nas Assembleias Gerais Ordinárias, que têm como atribuição fixar o montante global da remuneração dos administradores. A proposta da Administração leva em consideração o valor da remuneração de conselheiros em companhias abertas brasileiras e a capacidade financeira da Companhia.

Diretoria. O valor e o reajuste da remuneração são propostos ao Conselho de Administração por um Comitê de Remuneração e Gestão não estatutário, formado por dois representantes do Conselho de Administração e o Diretor Presidente. Nos últimos anos, o Comitê de Remuneração e Gestão tem reajustado a remuneração da Diretoria com base em indicador aproximado ao dissídio coletivo das categorias de profissionais contratados. Além disso, periodicamente a Companhia utiliza pesquisa de empresa de consultoria especializada em remuneração.

Comitê de Auditoria Estatutário. O valor e o reajuste da remuneração são propostos pelo Conselho de Administração e deliberados nas Assembleias Gerais Ordinárias, que têm como atribuição fixar o montante global da remuneração dos administradores. A proposta da Administração usa como referência o valor da remuneração dos membros do Conselho de Administração para o Coordenador Técnico do Comitê de Auditoria Estatutário.

iv. razões que justificam a composição da remuneração



A composição da remuneração é justificada pela necessidade de atrair, reter e incentivar talentos, facilitando o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores no curto, médio e longo prazo.

v. existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Os membros da administração não remunerados pela Companhia são: (i) o conselheiro representante do acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, que historicamente tem renunciado à remuneração devido às políticas internas daquele acionista, deixou de integrar o órgão em 27/04/2018; (ii) os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, quando em funcionamento, exceto o Coordenador Técnico por executar atribuições específicas definidas no Regimento Interno do órgão; e (iii) os membros dos outros órgãos da administração com funcionamento não permanente.

Ademais, no mandato iniciado em 27/04/2018, os fundadores, Srs. Bernardo Francisco Pereira Gomes e Antonio Luciano de Camargo Filho, comprometem-se a renunciar à remuneração recebida como Conselheiros enquanto forem também Diretores.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

No caso da remuneração variável (bônus) de até 5 pró-labores, o valor é atrelado ao atingimento de metas pré-estabelecidas pelo Conselho de Administração, com pagamento sujeito a um EBITDA mínimo.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os indicadores citados no item 13.1(c) são considerados anualmente para definir a remuneração dos administradores, com base no orçamento anual, permitindo adaptar a remuneração à evolução desses indicadores.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Acreditamos que a política de remuneração facilita o alinhamento de interesses entre executivos (i) no curto prazo, porque o bônus está relacionado a métricas financeiras anuais diretamente ligadas ao preço das ações; e (ii) no médio e longo prazo, porque a remuneração baseada em ações (incluindo plano de opções) possibilita aos elegíveis a formação de patrimônio por meio da valorização das ações entre a outorga e sua liberação para venda.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos aplicáveis aos administradores da Companhia. No entanto, a remuneração de alguns diretores não estatutários é suportada por controladas para as quais tais administradores prestam serviços.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

**h. descrever práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

O Conselho de Administração anualmente constitui um Comitê de Remuneração e Gestão, cujo objetivo é avaliar as práticas de remuneração da Companhia.

i. os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Remuneração e Gestão se reúne em diversas oportunidades ao longo do exercício e propõe a política de remuneração da Companhia ao Conselho de Administração, que abrange a individualização da remuneração, definição de metas e critérios para pagamento de bônus, entre outros.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

De tempos em tempo, o Conselho de Administração se reúne para reavaliar a remuneração da Companhia e comparar com as práticas de mercado. Em 2013, o Comitê de Remuneração contratou a Mercer Human Resource Consulting Ltda. para desenvolver um trabalho denominado “Estudo de remuneração executiva e desenho do plano de incentivos de longo prazo”, e baseou sua recomendação até 2018 nos resultados desse trabalho. Esse estudo procurou comparar a remuneração dos Diretores da Companhia com a remuneração de executivos em posições similares, atuando em empresas de vários setores e portes, dependendo da posição. Em 2018, a Companhia contratou a Korn Ferry Hay Group para atualizar premissas para fixação da remuneração, visando o conceito de *Total Compensation* e ajustando os parâmetros a serem trabalhados a partir de 2019 para a remuneração executiva, incluindo incentivos de longo prazo.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

Dado os custos desses estudos, e o fato de que as práticas de mercado não apresentam variações significativas no curto prazo, essa reavaliação geralmente ocorre em intervalos de aproximadamente 5 anos.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

A proposta apresentada contempla a remuneração pelos serviços prestados no respectivo exercício social, compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, independente do momento do efetivo desembolso.

Remuneração total - 2019 (Proposta) - Valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,92	5,00		10,92
Nº de membros remunerados	3,92	5,00		8,92
Remuneração fixa anual	409.664,40	3.734.523,08		4.144.187,48
Salário ou pró-labore	409.664,40	3.353.447,04		3.763.111,44
Benefícios diretos e indiretos	-	381.076,04		381.076,04
Participações em comitês	-	-		-
Outros	-	-		-



Remuneração variável	-	1.340.081,54	1.340.081,54
Bônus	-	1.340.081,54	1.340.081,54
Participação nos resultados	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-
Total da remuneração	409.664,40	5.074.604,61	5.484.269,01

Remuneração total - 2018 - Valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00	-	10,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	-	8,00
Remuneração fixa anual	315.576,00	3.286.551,12	-	3.602.127,12
Salário ou pró-labore	315.576,00	2.933.770,69	-	3.249.346,69
Benefícios diretos e indiretos	-	352.780,43	-	352.780,43
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável	-	1.237.656,45	-	1.237.656,45
Bônus	-	1.237.656,45	-	1.237.656,45
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	315.576,00	4.524.207,57	-	4.839.783,57

Remuneração total - 2017 - Valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00	-	10,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,00	-	9,00
Remuneração fixa anual	403.236,00	3.082.707,84	-	3.485.943,84
Salário ou pró-labore	403.236,00	2.780.484,00	-	3.183.720,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	302.223,84	-	302.223,84
Participações em comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração variável	0,00	1.191.435,72	-	1.191.435,72
Bônus	0,00	1.191.435,72	-	1.191.435,72
Participação nos resultados	0,00	0,00	-	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	-	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Baseada em ações	0,00	475.481,36	-	475.481,36
Total da remuneração	403.236,00	4.749.624,92	-	5.152.860,92

Remuneração total - 2016 - Valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00	-	10,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,00	-	9,00
Remuneração fixa anual	358.148,00	2.976.949,51	-	3.335.097,51
Salário ou pró-labore	358.148,00	2.690.972,00	-	3.049.120,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	285.977,51	-	285.977,51
Participações em comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00



Remuneração variável	0,00	436.599,00	-	436.599,00
Bônus	0,00	436.599,00	-	436.599,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	-	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	-	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Baseada em ações	0,00	100.254,50	-	100.254,50
Total da remuneração	358.148,00	3.513.803,01	-	3.871.951,01

13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração variável - 2019 (Proposta)

Dados em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	5,92	5,00	10,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto	0,00	1.340.081,54	1.340.081,54
Valor previsto caso metas fossem atingidas	0,00	1.340.081,54	1.340.081,54
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	N/D	N/D
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto	0,00	0,00	0,00
Valor previsto caso metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00

Observação: O valor máximo previsto não inclui a remuneração baseada em ações, que corresponde a até 50,0% do bônus.

Remuneração variável - 2018

Dados em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	5,00	5,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto	0,00	238.658,21	238.658,21
Valor máximo previsto	0,00	1.431.949,26	1.431.949,26
Valor previsto caso metas fossem atingidas	0,00	1.431.949,26	1.431.949,26
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	1.237.656,45	1.237.656,45
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto	0,00	0,00	0,00
Valor previsto caso metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável - 2017

Dados em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	5,00	5,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto	0,00	247.926,49	247.926,49
Valor máximo previsto	0,00	1.487.558,94	1.487.558,94
Valor previsto caso metas sejam atingidas	0,00	1.487.558,94	1.487.558,94
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	1.191.435,72	1.191.435,72
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto	0,00	0,00	0,00



Valor previsto caso metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável - 2016			
Dados em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	5,00	5,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto	0,00	231.131,28	231.131,28
Valor máximo previsto	0,00	1.293.341,94	1.293.341,94
Valor previsto caso metas fossem atingidas	0,00	1.293.341,94	1.293.341,94
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	436.599,00	436.599,00
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto	0,00	0,00	0,00
Valor previsto caso metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

As informações abaixo referem-se ao Primeiro Plano de Remuneração em Ações (“1º Plano de Ações”), aprovado na AGOE de 30/04/2015, ao Segundo Plano de Remuneração em Ações (“2º Plano de Ações”) e ao Segundo Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações (“2º Plano de Opções”), aprovados na AGOE de 27/04/2018.

a. Termos e condições gerais

1º Plano de Ações e 2º Plano de Ações. Oferece aos Diretores e Gerentes, selecionadas pelo Conselho de Administração da Companhia, a oportunidade de multiplicar o valor do seu bônus anual, mediante a cessão pela Companhia de bônus adicional, que deve ser usado pelo favorecido para a aquisição de ações.

2º Plano de Opções. Prevê a outorga de opções de compra ou subscrição de ações ordinárias da Companhia, sendo beneficiários (administradores, executivos e empregados em cargos estratégicos) eleitos pelo Conselho de Administração entre, e conta com o apoio da diretoria de recursos humanos para implementar as medidas necessárias à sua execução.

b. Principais objetivos do plano

Tanto para os planos de ações como de opções, os objetivos são: (i) atrair, reter e engajar profissionais chave para a gestão da Companhia, (ii) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses da Companhia e de seus acionistas em uma perspectiva de longo prazo e (iii) incentivar os Beneficiários a contribuir para a obtenção de bons resultados para a Companhia.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

1º Plano de Ações e 2º Plano de Ações. (i) estimular a geração de valor para os acionistas da Companhia com a criação de incentivos para que seus executivos alcancem as metas empresariais estabelecidas pelo Conselho de Administração, que compreendem crescimento das receitas, o ganho de lucratividade e a redução dos riscos do negócio, entre outras; (ii) alinhar os interesses dos executivos da Companhia com o dos acionistas, oferecendo aos executivos a oportunidade de também se tornarem acionistas e participarem do ganho de capital decorrente da valorização das ações; (iii) facilitar a atração e a retenção de executivos, oferecendo a estes um componente de remuneração vinculado à permanência na Companhia por um prazo longo.



2º Plano de Opções. Há um estímulo aos elegíveis a permanecerem na Companhia no futuro, permitindo participarem do ganho de capital decorrente da valorização das ações no mercado.

d. Como o plano se insere na política de remuneração

Atualmente, os executivos recebem (i) remuneração fixa mensal na forma de pró-labore ou salário com o objetivo de compensá-los pelo desempenho de suas funções, além de um pacote de benefícios; e (ii) remuneração variável composta por bônus anual vinculado ao atingimento de metas de curto prazo.

1º Plano de Ações e 2º Plano de Ações. Se insere na política de remuneração como um novo componente da remuneração variável, também vinculado ao atingimento de metas de curto prazo, mas orientado para a geração de valor no médio e longo prazo.

2º Plano de Opções. Se insere na política de remuneração como um novo componente da remuneração variável, para aqueles considerados como profissionais chave para a gestão, mas orientado para a geração de valor longo prazo.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

1º Plano de Ações e 2º Plano de Ações. Alinha os interesses a curto prazo porque a quantidade de ações adquiridas pelo executivo em determinado ano depende do valor do bônus total (composto pelo bônus anual e pelo bônus adicional), que é vinculado ao atingimento de metas de curto prazo apuradas em bases anuais. Também alinha os interesses no médio e longo prazo porque a liberação das ações é realizada de forma gradual, e o favorecido passa a ter a titularidade das ações à razão de 40% após 12 meses da aquisição, 30% após 24 meses da aquisição e os 30% remanescentes após 36 meses da aquisição, estando exposto a ganho ou perda de capital decorrente da valorização ou desvalorização das ações.

2º Plano de Opções. Alinha os interesses dos beneficiários à longo prazo porque o ganho de capital realizado pelos executivos será vinculado exclusivamente da valorização futura das ações acima da inflação, por um período mínimo de 4,5 anos após a outorga, dos quais 4 anos correspondem ao prazo de carência e 0,5 ano ao prazo de lock-up. Entretanto, o Plano não tem por objetivo o alinhamento de interesses a curto prazo, visto que (i) nenhum de seus parâmetros está relacionado ao atingimento de metas de curto prazo apuradas em bases anuais, e (ii) não há previsão de liberação parcial das ações antes do prazo de carência.

f. Número máximo de ações abrangidas

1º Plano de Ações e 2º Plano de Ações: até 100.000 ações (cada plano).

2º Plano de Opções: até 353.616 ações, já que cada Opção conferirá ao Beneficiário o direito de adquirir 1 ação ordinária de emissão da Companhia.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

1º Plano de Ações e 2º Plano de Ações: não prevê a outorga de opções.

2º Plano de Opções: até 353.616, já que poderão conferir direitos sobre ações ordinárias que representem até 3% do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano.



h. Condições de aquisição de ações

1º Plano de Ações. (i) Termo inicial: apenas o colaborador que prestar serviços à Companhia por mais de 1 ano calendário completo passa a ter o direito de optar ao 1º Plano de Ações, receber os recursos adicionais calculados sobre o bônus anual, definidos no contexto do 1º Plano de Ações como bônus adicional e comprar as ações no âmbito do 1º Plano de Ações. Em caso de início dos trabalhos de um colaborador no curso de um determinado ano calendário, tal colaborador somente tem o direito de optar pelo 1º Plano de Ações no mês de janeiro do ano subsequente ao início dos trabalhos, adquirindo as ações sempre, no mínimo após 1 ano de trabalho na Companhia. Especialmente para o ano de 2015 o 1º Plano de Ações foi aprovado no curso do ano, mas teve validade para o ano inteiro, e a sua base foi o bônus anual de 2015. (ii) Multiplicadores: o bônus anual é utilizado como base para a aplicação dos multiplicadores descritos na tabela abaixo, que no caso da Diretoria é aplicável a até 5 dos 6 pró-labores ou salários mensais: 50% para Diretor Presidente e de Operações, Demais Diretores Estatutários e Diretores de Unidade; 60% para Diretores Adjuntos e 80% para Gerentes Sêniores. (iii) Quantidade de ações: a soma do bônus anual com o bônus adicional é definida, para os fins do 1º Plano de Ações, como bônus total. O favorecido tem a obrigação de utilizar a totalidade do bônus adicional e 10% do bônus anual para adquirir as ações pelo valor total de compra. A quantidade de ações a ser adquirida será calculada com base na divisão do valor total de compra pelo custo por ação.

2º Plano de Ações. (i) Termo Inicial: Apenas o colaborador que prestar serviços à Companhia por mais de 1 ano calendário completo passará a ter o direito de optar ao 2º Plano de Ações, receber os recursos adicionais calculados sobre o Bônus Anual, definidos no contexto do Plano como “Bônus Adicional” e comprar as Ações no âmbito do Plano. Em caso de início dos trabalhos de um colaborador no curso de um determinado ano calendário, tal colaborador somente terá o direito de optar pelo Plano no mês de janeiro do ano subsequente ao início dos trabalhos, adquirindo as Ações sempre, no mínimo após 1 ano de trabalho na Companhia. Especialmente para o ano de 2018 o plano será aprovado no curso do ano, mas terá validade para o ano inteiro, e a sua base será o Bônus Anual de 2018. (ii) Multiplicadores: O Bônus Anual será utilizado como base para a aplicação dos seguintes multiplicadores: 50% para Diretores e 80% para Gerentes. (iii) Quantidade de Ações: A soma do Bônus Anual com o Bônus Adicional é definida, para os fins do Plano, como “Bônus Total”. O Favorecido que optar pelo Plano terá a obrigação de utilizar a totalidade do Bônus Adicional e 10% do Bônus Anual para adquirir as Ações (“Valor Total de Compra”). A quantidade de Ações a ser adquirida será calculada com base na divisão do Valor Total de Compra pelo Custo por Ação.

2º Plano de Opções. Compete ao Conselho de Administração escolher os Beneficiários aos quais serão outorgadas Opções, sendo que tais Beneficiários deverão celebrar Contratos de Opção com a Companhia prevendo os termos e as condições da referida outorga. Salvo determinação diversa do Conselho de Administração, cada Beneficiário deverá observar as seguintes condições para exercer suas Opções: (i) o prazo de carência será de 4 anos, contados a partir da assinatura do respectivo Contrato de Opção; (ii) o prazo para exercício será de 1 (um) ano, contado a partir do término do prazo de carência; (iii) o preço de exercício deverá ser pago pelo Beneficiário à Companhia à vista, no ato de compra ou subscrição das ações; e (iv) as ações decorrentes do exercício de Opções não poderão ser alienadas pelos Beneficiários pelo prazo de 6 meses, contados a partir da data do recebimento das ações (“Lock-up”).

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

1º Plano de Ações. Equivalente ao valor médio da cotação das ações na B3 nos 90 dias anteriores à venda, ponderados pelo volume de ações negociado em cada dia, descontados 15% sobre o referido valor. Em caso de haver distribuição de dividendos durante o período de 90 dias aqui previsto, o valor de tais dividendos não deve impactar o cálculo do preço médio, e deve ser adicionado às cotações.



2º Plano de Ações. Equivalente ao valor médio da cotação ajustada por proventos na B3 nos 90 dias anteriores ao da Venda, ponderado pelo volume de ações negociado em cada dia, descontado 15%.

2º Plano de Opções. Será determinado pelo Conselho de Administração na data da outorga das Opções, com base no preço médio ponderado pelo volume financeiro das ações da Companhia na B3, nos 60 últimos pregões que antecederem a data da deliberação de outorga pelo Conselho de Administração. O preço de exercício será ajustado por proventos e corrigido monetariamente de acordo com a variação positiva do IPCA, calculado pelo IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, desde a data da outorga das Opções até o fim do prazo de carência.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

1º Plano de Ações e 2º Plano de Ações. Não prevê o exercício de opções.

2º Plano de Opções. O Plano prevê que as Opções poderão ser exercidas pelos Beneficiários no prazo de 1 (um) ano, contado a partir do término do prazo de carência (4 anos), salvo deliberação diversa do Conselho de Administração.

k. Forma de liquidação

1º Plano de Ações e 2º Plano de Ações. O valor total de compra das ações será pago em dinheiro no momento da venda.

2º Plano de Opções. O preço de exercício deverá ser pago pelo Beneficiário à Companhia à vista, no ato de compra ou subscrição das ações, exceto se de outra forma deliberado pelo Conselho de Administração. Caberá ao Conselho de Administração deliberar pela emissão de novas ações nos limites do capital autorizado ou pela alienação de ações em tesouraria para satisfazer as Opções exercidas pelos Beneficiários.

l. Restrições à transferência das ações

1º Plano de Ações e 2º Plano de Ações. Não há restrições à transferência das ações além das impostas pelo cronograma de liberação das ações mencionado no item 13.4.e.

2º Plano de Opções. Salvo deliberação contrária do Conselho de Administração, as ações decorrentes do exercício de Opções não poderão ser alienadas pelos Beneficiários pelo prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data do recebimento das ações (“Lock-up”). Será assegurado às ações sujeitas ao Lock-up o direito ao recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio e outros rendimentos distribuídos pela Companhia, sendo certo que os Beneficiários não estarão sujeitos a restrições quanto à utilização dos valores distribuídos relativos às ações sujeitas ao Lock-up.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

1º Plano de Ações e 2º Plano de Ações. O Comitê Gestor poderá alterar, suspender ou extinguir, a qualquer momento e por qualquer razão. Caso as ações deixem de ser negociadas na B3, a totalidade das ações será liberada ao favorecido, independente do tempo previsto no plano.

2º Plano de Opções. O plano expirará, a qualquer tempo, (a) por decisão da Assembleia Geral de acionistas da Companhia, (b) pelo cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias da Companhia em bolsa de valores, inclusive em virtude de



reorganização societária que resulte na extinção da Companhia, (d) pela dissolução e liquidação da Companhia, (e) pelo atingimento do limite de ações disposto no Item 5; ou (f) pelo decurso do prazo de 5 anos contado da data de aprovação deste Plano.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

1º Plano de Ações e 2º Plano de Ações. Se a prestação de serviços do favorecido ou o seu contrato de trabalho cessar por qualquer razão que não a sua morte, apenas as ações cujas titularidades já tiverem sido transferidas ao favorecido serão de sua titularidade. As demais ações que estiverem registradas em passivo ou exigível da Companhia serão adquiridas do favorecido por um valor equivalente a 20% do custo por ação, multiplicado pelo número de ações ainda não liberadas.

2º Plano de Opções. No caso de o Desligamento do Beneficiário (i) em decorrência de justa causa, as Opções não exercíveis e as Opções exercíveis se tornarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou indenização; (ii) por iniciativa da Companhia sem justa causa ou por iniciativa do próprio Beneficiário, as Opções não exercíveis se tornarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou indenização, e as Opções exercíveis poderão ser exercidas pelo Beneficiário no prazo de 1 ano, contado a partir da data do Desligamento.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações - 2019 (Proposta)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	5,92	5,00	10,92
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
(b) Das opções em aberto perdidas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
(c) Das opções em aberto exercidas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
(d) Das opções em aberto expiradas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Remuneração baseada em ações - 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	5,00	5,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
(b) Das opções em aberto perdidas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
(c) Das opções em aberto exercidas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
(d) Das opções em aberto expiradas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

**Remuneração baseada em ações - 2017**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	5,00	5,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
(b) Das opções em aberto perdidas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
(c) Das opções em aberto exercidas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
(d) Das opções em aberto expiradas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Remuneração baseada em ações - 2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	5,00	5,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
(b) Das opções em aberto perdidas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
(c) Das opções em aberto exercidas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
(d) Das opções em aberto expiradas durante o exercício social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

13.6. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Ao final do último exercício social, haviam 34.224 opções em aberto de 2 diretores estatutários.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Opções ainda não exercíveis:		
Quantidade	Não aplicável	34.224
Data em que se tornarão exercíveis	Não aplicável	01/08/2022
Prazo máximo para exercício das opções	Não aplicável	01/08/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	6 meses
Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável	28,49
Valor justo das opções no último dia do exercício social	Não aplicável	23,77
Opções exercíveis		
Quantidade	Não aplicável	-
Prazo máximo para exercício das opções	Não aplicável	-
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	-
Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	Não aplicável	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	Não aplicável	-

**13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais**

Nos 3 últimos exercícios sociais não houve exercício de opções por administradores. No entanto, no âmbito da remuneração baseada em ações para a Diretoria estatutária, houve entrega de 11.598 ações em 2017 (todas relativas ao 1º *vesting* de 40% vinculado ao bônus de 2015) e de 12.400 ações em 2018 (8.699 relativas ao 2º *vesting* de 30% vinculado ao bônus de 2015 e 3.701 relativas ao 1º *vesting* de 40% vinculado ao bônus de 2016).

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 – Método de precificação do valor das ações e das opções

As informações abaixo são válidas para o 2º Plano de Opções.

a. Modelo de precificação

O valor justo das opções concedidas é estimado na data da concessão com base no modelo Black-Scholes de precificação de opções.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Exercício	2018
Preço de exercício (R\$)	28,49
Valor justo das ações (R\$)	23,77
Expectativa de Dividendos	0,70%
Expectativa de Volatilidade	35,18%
Taxa de juros livre de risco	6,50%
Prazo de maturidade	5 anos

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O plano prevê o exercício antecipado nas hipóteses de falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria, as Opções serem exercidas em até 1 ano a partir da data do evento e o *lock-up* de 6 meses deixa de ser aplicável.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade das nossas ações na B3.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outra característica além daquelas descritas no item 13.8.b acima.

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Órgão	Ações de emissão da Companhia detidas em 31/12/2018
--------------	--



Conselho de Administração	2.655.580 (22,5%)
Diretoria Estatutária	240.568 (2,0%)
Conselho Fiscal	-
Total	2.896.148 (24,5%)

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, já que não contribuimos com planos de previdência de titularidade dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. Os planos de previdência integram o pacote de benefícios (“Beneflex”) mencionados no item 13.1 do Formulário de Referência. Logo, os administradores recebem um número de pontos para alocar entre itens do pacote de benefícios, que podem ou não ser alocados aos planos de previdência.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Conselho de Administração	31/12/2019 (Proposta)	31/12/2018	31/12/2017*	31/12/2016*
Nº de membros	5,92	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,92	3,00	4,00	4,00
Valor da maior remuneração	105.192,00	105.192,00	105.192,00	102.328,00
Valor da menor remuneração	105.192,00	105.192,00	105.192,00	102.328,00
Valor médio da remuneração	105.192,00	105.192,00	105.192,00	102.328,00

***Observação:** Nos últimos 3 anos e na proposta do exercício vigente, o valor da menor remuneração e o valor médio da remuneração do Conselho de Administração foram apurados com a exclusão de membros do órgão que ocuparam o cargo por menos de 12 meses e de membros que renunciaram, integralmente ou parcialmente, à remuneração.

Diretoria Estatutária	31/12/2019 (Proposta)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração	1.573.427,94	1.433.566,62	1.543.388,89	1.155.729,60
Valor da menor remuneração	614.102,33	530.139,71	587.371,80	410.124,05
Valor médio da remuneração	1.014.920,92	904.841,51	949.924,98	702.760,60

***Observação:** Em 2018 e 2019, o valor das remunerações da diretoria não inclui a remuneração baseada em ações.

Não há Conselho Fiscal instalado.

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando as consequências financeiras para a Companhia

Os contratos entre a Companhia e seus administradores não contêm quaisquer arranjos contratuais, não são fornecidas apólices de seguros nem outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, com exceção da apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O, ou *Directors & Officers*) junto à Chubb Seguros Brasil, descrita no item 12.11 do Formulário de Referência.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto



Após a liquidação financeira da oferta pública de ações em março de 2013, os direitos e obrigações previstos no Acordo de Acionistas cessaram de imediato, deixando de existir acionista controlador. Por esta razão, consideramos não haver remuneração de partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, nos 3 últimos exercícios sociais.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nenhum membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária recebeu remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam. Ademais, não temos, nem tivemos nos últimos três exercícios Conselho Fiscal instalado.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nenhum membro do Conselho da Administração ou da Diretoria Estatutária recebeu remuneração decorrente de suas atividades na Companhia cujos valores tenham sido reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas. Ademais, não temos, nem tivemos nos últimos 3 exercícios Conselho Fiscal instalado.

13.16. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevante além dos citados nos itens anteriores.